

Nota de Abertura

Este presente número da Revista do Departamento de História abre com texto memorativo do Professor Vítor de Sá – saudoso docente e investigador desta casa (de autoria de Gaspar Martins Pereira). Com ele presta o Departamento de História, e na sua revista, mais esta saudosa e justa homenagem ao docente e investigador que tanto ilustrou, pela sua obra, pela sua investigação e pela sua postura cívica esta casa em que todos hoje trabalhamos.

Houve por bem que a Revista do Departamento de História da nossa Faculdade de Letras enveredasse, sempre que possível, por um tipo de tratamento e abordagem temáticos que, ora pudesse melhor corresponder à evocação de determinadas efemérides memorativas; (sempre que se proporcionassem), ora tratassem, de per si, temas previamente seleccionados propostos aos seus habituais colaboradores dando ensejo, ora à publicação de trabalhos realizados ou em curso, ora de outros, propostos como incentivo à própria investigação pessoal. Assim aconteceu com o número anterior expressamente dedicado ao tema “Relações Internacionais”. Para o presente Número o mesmo desafio foi posto com o tema “Rebeliões, Movimentos e Redes Sociais”.

Ainda que não na totalidade, este número da nossa Revista pretendeu responder a esse quesito, juntando algumas comunicações sobre esta temática.

A sociedade do Antigo Regime cuja estrutura económica e social se não findou com o fim do Antigo Regime Político, (traduzido na queda do edifício político da Monarquia Absoluta) mas se prolongou, entre nós, por tempos muito posteriores, foi muito menos pacífica do que durante muito tempo se julgou, pensou, quiçá e porventura, com mais propriedade, se ocultou (sendo certo que essa historiografia nenhuma atenção prestou ou deu ao estudo do conhecimento desses fenómenos).

Durante muito tempo, e até tempos muito recentes, a única revolta popular que se recordava com certo orgulho nacionalista (quando não calada como confessou o seu primeiro Cronista – “acontecimento que calaram todos”), era a Revolta de Évora, dita do Manuelinho, na historiografia tradicional evocada sempre como o exemplo de uma revolta quase colectiva do povo português contra o a presença e o domínio filipino em Portugal e o primeiro sinal de descontentamento político. Lembra-se às vezes, a Revolta das Maçarocas ocorrida no Porto (em 1629) quase anunciadora daquela que desembocaria, logo depois, nos “Quarenta” Revoltosos de 1640... Acontecimento que, em certa historiografia recente, por vezes, (em nosso juízo) num quase “ajeitar” de pretensa actualidade historiográfica se rebaptizou redimindo a Revolta e a Revolução. Inverteu-se a posição ideológica mas o fundamento manteve-se o mesmo: uma revolta política contra o domínio

castelhano mas, desta feita, protagonizada “pelos estratos não nobres”. No fundo, dando plena continuidade à primeira interpretação que deles fizera o seu primeiro e grande cronista.

Para lá de efectiva importância, é manifesto que a sua notoriedade se deveu ao facto de ter disposto de um relator e memorialista de primeira plana (literária e até historiográfica) que a referiu e a memorou – D. Francisco Manuel de Melo – de quem partiu o primário significado e a imediata interpretação (que com pressupostos ideológicos diferentes, convergem em algumas interpretações historiográficas recentes): primeiro sintoma e exemplo da emancipação política do Reino em relação a Castela: “fatalmente prognosticando importantíssimas revoluções à República Portuguesa” ... “fausto e elegante prelúdio da redenção lusitana”.

Para o século XVIII lembra-se quase sempre também o Motim de 1757 do Porto (dito da Companhia) para documentar a ferocidade e despotismo políticos pombalinos. Nos tempos do após Antigo Regime a sempre memorável Revolta das Mulheres ou da Maria da Fonte em 1846, (desembocando na Patuleia) que, por sua vez, tem também dado azo a várias e díspares interpretações, sobretudo nos tempos mais recentes.

Sumariamente, e em síntese, era este o estado de conhecimentos sobre estes fenómenos até cerca de 1974, sendo muito difícil a abordagem destes temas nos tempos anteriores, aos quais aliás, nem a historiografia dita “não académica” lhe prestou a devida atenção. Também esta corrente acordou, depois, e por sinal na sequência de investigações que nessa altura já estavam sendo levadas a cabo. Lembramos, neste caso, os trabalhos desde 1970 de António de Oliveira, para além da revisão e releitura que das Alterações de Évora fizera Joel Serrão, em 1967, em Introdução à *Epanafora Política* de D. Francisco Manuel de Melo (e outros documentos acerca dos Motins de Évora). Outros textos, porém, não puderam ver a luz do dia nas publicações “oficiais” e tiveram que ver a luz por outra via, fora das Revistas das Faculdades.

Presentemente, a situação alterou-se de modo substancial. O que é um ganho considerável para um melhor conhecimento e compreensão do “drama” histórico global. O fenómeno dos Motins e Revoltas Populares, antes e depois de 1640, (que essas voltas não acabaram com a Restauração da Independência Nacional); antes e depois do fim do Antigo Regime (que – ainda que com menos frequência – as transformações advindas com a Revolução Liberal não acabaram com as distorções e aleijões da estrutura económica e do ordenamento social), tem vindo, desde então, a ser tratado e abordado, continuando a ser motivo de estudo. Mas o levantamento e o conhecimento factual desses fenómenos não está, na verdade, ainda esgotado.

Para os casos já desvendados e conhecidos dividem-se hoje os autores quanto às causas, à tipificação e à explicação analítica desse tipo de revoltas.

No presente número da *Revista da FLUP – História* revelam-se e analisam-se mais uns quantos fenómenos dessa Revolta e dessas contestação social, continuando a documentar e a mostrar-nos que a Sociedade do Antigo Regime (e não só) foi, de facto, muito mais activa e agitada do que se supunha. Neste número assim o mostram os seus autores para o caso do Douro (integrados no fenómeno mais alargado da Maria da Fonte

- Patuleia), como para o Motim de Lamego já no século XX e, ainda nos tempos anteriores à Restauração, a Revolta do Porto e, posteriormente, a Modernização e conflito no seio da sociedade rural.

Prosseguindo uma perspectiva de análise centrada na temática das redes sociais que o presente número também abrange, refiram-se o artigo de Sandra Brito em torno do associativismo recreativo-cultural, bem como os originais estudos de Jean Pierre Dedieu sobre a informatização – e particularmente o sistema Fichoz – como metodologia de investigação em história social e o de José María Imízcoz que, numa linha análoga, desenvolve uma reflexão sobre actores, redes e processos sociais.

Em “Outros Estudos”, esta publicação contempla uma série de trabalhos sobre a cidade do Porto e sua região, desde a centúria de Quatrocentos ao século XX, abordando temáticas tão diversas como surtos epidémicos, escrituras de perdão, comunidades escravas, organização marítimo-comercial e, ainda, património industrial. Esta secção inicia-se com o estudo de Paula Pinto Costa sobre as ordens militares e a questão da “crise” tardo-medieval e finaliza com a cronologia sinóptica de Armando Luís Carvalho Homem sobre a Universidade do Porto e a vida nacional entre 1911 e 2003.

Seguem-se as outras rubricas nas quais é de anotar a actualização e informação crítico-analítica sobre algumas obras entretanto vindas a lume.

Resta-nos agradecer aos autores de todos os artigos aqui inseridos que, assim, tornaram possível este número com a feição com que se apresenta e que agora deixamos à crítica e à consideração dos leitores.

Aurélio de Oliveira
(*Presidente do Departamento de História*)

